

CONHECIMENTO SOBRE A GÊNESE DAS UNIVERSIDADES MIEVAIS E EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS COM IDOSOS NAS UNIVERSIDADES

Juliana de Aquino Fonseca Doronin*

RESUMO: Este artigo objetiva perceber pontos de aproximação entre as concepções da origem das universidades medievais e aspectos relacionados às experiências nos cursos de extensão, a saber: a universidade aberta à terceira Idade- UEM e o grupo de extensão Viver Melhor - Unespar. Foram consultadas referências: Tomás de Aquino (1997), Boaventura de Bangoregio (1983) Bula Papal para Universidade de Paris (1964), Le Goff (1999), Pieper (2007), Cardoso (1997) e Teixeira (1969). Após análise seguindo metodologia bibliográfica, constata-se que essas experiências contemporâneas, por um lado são tidas como informais para o MEC, mas do outro, possuem certa formalidade, considerando estarem vinculadas à extensão universitária. Tais experiências podem ser um caminho que recupera a ideia da gênese da universidade, já que se trata do conhecimento voltado à formação humana. Além disso, são experiências paradoxais, pois muitos desses idosos não estão mais atuando no mercado de trabalho, superando as exigências formais voltadas à formação para o ser produtivo.

PALAVRAS-CHAVE: Gênese da universidade da idade média; Extensões nas universidades contemporâneas voltadas ao idoso e universalização.

THE GENESIS OF MEDIEVAL UNIVERSITIES AND CONTEMPORARY EXPERIENCES WITH THE ELDERLY AT THE UNIVERSITIES

ABSTRACT: Approximation issues between the origin of medieval universities and aspects related to experiences in extension courses, such as the Open University for the Elderly (UEM) and the Better Living group (Unespar), are described. Thomas Aquinas (1997), Bonaventure of Bangoregio (1983), the Papal Bull for the University of Paris (1964), Le Goff (1999), Pieper (2007), Cardoso (1997) and Teixeira (1969) were referenced. After analysis following bibliographic methodology, it has been established that, if, on the one hand, contemporary experiences have been considered highly informal by the Ministry of Culture, on the other hand, they

* Doutoranda no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais (PEPG/PUCSP); Docente no Curso de Serviço Social da UNESPAR, Campus Paranavaí (PR), Brasil; E-mail: julianadoronin@hotmail.com

have a certain formality due to their link with university extension courses. These experiences may be a manner for the recuperation of the genesis of the university due to their knowledge on human formation. Further, they are actually a paradox since most elderly do not have any activity within the labor market, overcoming formal requirements for the formation of the productive being.

KEY WORDS: Genesis of the University in the Middle Ages; Extension courses at contemporary universities for the elderly and universalization.

INTRODUÇÃO

“A arte de viver bem: estudo sobre as políticas de favorecimento a qualidade de vida dos idosos” (Projeto que está sendo desenvolvido no doutorado em ciências sociais (PUCSP), iniciado no segundo semestre de 2016), fundamenta este artigo somado às leituras realizadas na disciplina: Origens da Universidade, ministrada pela Profa. Dra. Terezinha Oliveira, envolvendo as seguintes categorias de análise: Universalidade da Universidade; Gênese da Universidade; Manutenção do Bem Comum; Filosofia e filosofar; Instituições Sociais e Institucionalização; Conhecimento e Aprendizagem; Universidade para Formação Humana x Mundo do trabalho; Tolerância, Respeito e Aceitação da diversidade enquanto perspectiva de sociedade e política.

Assim sendo e fazendo uso das contribuições de alguns autores não apenas utilizados na disciplina (Origens da Universidade que parte da realidade da Idade Média ministrada pela Profa. Dra. Terezinha Oliveira (no primeiro semestre de 2016), no Programa de Pós-graduação em educação (Doutorado), mas também outros que nos auxiliaram na compreensão teórica que tínhamos sobre o tema. Seguem referências teóricas pesquisadas: Tomás de Aquino (1997), Boaventura de Bangoregio (1983) Bula Papal para Universidade de Paris (1964), Le Goff (1999), Pieper (2007), Cardoso (1997) e Teixeira (1969). Convém lembrar que a base teórica baseia-se nas referências utilizadas na disciplina “Origens da Universidade”, vinculada ao Programa de Pós-graduação em educação (UEM), ministrada pela Profa. Dra. Terezinha Oliveira, no quais abordam a educação no medievo, além de outras da

educação contemporânea e história social. Foram fundamentais para o entendimento das categoriais analisadas, a saber: Gênese da Universidade; universalidade e privilégios; universalização; universidade - instituição – institucionalização; além de abordar o conhecimento enquanto arte do filosofar; e respeito, enquanto virtude social na ideia de perfeição.

Como metodologia, faremos revisão bibliográfica a partir dos referenciais apresentados, relacionando-as ao nosso texto.

O objetivo geral do nosso projeto de pesquisa consiste em avaliar o impacto de projetos universitários, de assessoramento à comunidade idosa e de cursos de formação das Universidades Abertas à terceira idade, quanto ao comportamento do idoso frente às ações de reivindicações de cidadania garantidas pelas políticas públicas de favorecimento e qualidade de vida normatizada em lei, tanto na Constituição Federal Brasileira (1988) como no Estatuto do Idoso (2003). Inicialmente, faremos uma contextualização da origem das universidades abertas à terceira idade na contemporaneidade no Brasil seguida do mapeamento das experiências de núcleos, grupos de pesquisa e universidades abertas em andamento que tratam do tema cidadania como objetivo central, em seguida serão realizadas investigações das experiências: universidade aberta à terceira idade da UEM (Universidade Estadual de Maringá) e o grupo de extensão Viver Melhor da Unespar (Universidade Estadual do Paraná-Campus Paranaíba), projeto de extensão da Unespar, iniciado em 2015 (atualmente está sobre nossa coordenação). Por meio da análise dos discursos dos idosos será percebido qual a contribuição dessas experiências no comportamento das ações de reivindicações de cidadania dos entrevistados em suas práticas cotidianas.

Nossa ideia inicial ao matricularmos no componente curricular supracitado, era apenas o de compreender as origens da universidade, uma vez que nosso objeto de estudo trata-se da investigação de experiências vinculadas aos espaços universitários enquanto ações informais, pois as experiências de universidades abertas a terceira idade não fazem parte do ensino formal do MEC. Naquele momento, o entendimento que se tinha inicialmente era de que não era possível fazermos quaisquer tipos de relação entre a universidade no medievo e na contemporaneidade, tendo em vista o vasto tempo histórico que às separa, evitando recortes longos que incorrem em

erros anacrônicos. Porém, esse conflito logo foi solucionado no momento em que consideramos que nosso intuito era e permanece sendo, o de compreendermos alguns aspectos desse objeto, no qual elegemos algumas categorias de análise a fim de percebermos de que forma essas atuais experiências se aproximam das concepções explicitadas nos documento referente à gênese da universidade, longe de generalizações.

Para tanto, embasamo-nos também na contribuição de Anísio Teixeira (1964, p. 30), defensor da educação brasileira, que nas suas obras como a exemplo da “Educação no Brasil” e “Educação e Universidade” retoma [...] “não ser possível falar sobre universidade hoje sem conhecermos à universidade na idade média”.

Nesse sentido, e considerando que há uma distorção entre as concepções iniciais de universidade (medieval) e o papel das atuais (contemporaneidade), para alguns autores, surgiu nossa primeira problemática paradoxal para análise, pois enquanto as primeiras estão embasadas na concepção de “espaços de produção da humanidade no sentido de projetos para o bem comum”, as atuais estão direcionadas “à formação para o mercado de trabalho”.

Outra questão relevante de se perceber ao pensarmos nestes dois momentos históricos das universidades e que colocamos como hipótese inicial, é que essas experiências atuais da educação informal vinculadas às universidades formais tendem a recuperar a ideia inicial da gênese da universidade, pois mesmo considerando que os idosos embora sejam tidos como seres “improdutivos” aos “olhos” do capital e, portanto, fora do contexto do papel da universidade atual que está mais preocupada com a formação de sujeitos para o mercado de trabalho, permanecem nesses espaços universitários através dessas experiências de extensão e, portanto, vinculadas ao lócus da universidade.

Assim, a reflexão que se faz é que talvez essas experiências possam ser consideradas algo que reafirma às concepções iniciais da gênese da universidade sendo, portanto, também objeto dessa investigação.

Esta forma, o texto seguirá como proposta estruturante de nos fazer refletir a partir das questões: Mas o que é mesmo Universidade? De qual universidade estamos tratando? Qual o papel das universidades no medieval? Quais os objetivos? A quem servia? De que forma essas experiências atuais vinculadas a idosos se aproximam

da gênese da Universidade da Idade Medieval? Nas reflexões? Na filosofia? Na epistemologia? Nos conteúdos?

2 DESENVOLVIMENTO

As categorias conceituais: Universalidade da Universidade; Gênese da Universidade; Manutenção do Bem Comum; Filosofia e filosofar; Instituições Sociais e Institucionalização; Conhecimento e Aprendizagem; Universidade para Formação Humana x Mundo do trabalho; Tolerância, Respeito e Aceitação da diversidade enquanto perspectiva de sociedade e política serão abordadas no decorrer desse texto, uma vez que encontram-se vinculadas ao projeto de pesquisa supracitado.

O método escolhido que fundamenta à elaboração deste trabalho, baseia-se na perspectiva da história social, que para Cardoso (1997), nos permite darmos encaminhamento mais adequado, possibilitando um estudo histórico problematizado e a utilização de conhecimentos provenientes de diferentes momentos e campos de pesquisa.

Antes de iniciarmos nossa discussão sobre universidades a partir das suas cristalizações, é necessário estudarmos e pensarmos às suas origens. Na qual alguns questionamentos entram no debate e nos faz pensar: Como surge uma instituição? Toda ela está voltada ao conhecimento? Quem pensou à universidade e o que ela representa? Qual a finalidade deste espaço? Por que ela “se arrasta” até os dias atuais? Por que o presente modifica o passado? Que passado eu quero salvaguardar?

Não temos o intuito aqui de dar respostas prontas, pelo contrário: temos o intuito de promover reflexões a partir das discussões do texto que se segue, no qual traremos algumas categorias de análise (em **negrito**) para explanarmos a universidade no medievo e desta forma, nos fazer refletir na sequência sobre algumas tentativas de aproximações com as experiências selecionadas enquanto objeto de estudo.

2.1 GÊNESE DA UNIVERSIDADE

Algumas fontes históricas demonstram que as Universidades surgem no século XIII, na Europa, a partir do rei São Luiz, em 1208, que edita um documento

(diploma) onde tem a função de proteger um grupo de pessoas que querem segurança e tranquilidade para estudar. Ao contrário do que se pensa na contemporaneidade, os documentos demonstram que a universidade surgiu para uma minoria que não tinham ofícios e não estavam mais nos campos. Ela era mal vista pela aristocracia, pois era para os pobres e por isso necessitava de forças externas, sendo protegida pelo rei. Nesse período ainda não se falava em universidade, apenas sobre um grupo de estudiosos que começam a discutir que o conhecimento não é só da igreja, ou seja; se amplia os estudos para laicos, porém os seculares também permanecem.

Na bula papal à Universidade de Paris (1231), observamos o privilégio como condição de vida, que os estudiosos possuíam, conhecidos como os “homens que pensam”, não podendo ser perturbados [...] Também, não resta dúvidas que, aquele que, na cidade acima mencionada – Paris- esforçar-se, de alguma maneira, para perturbar uma graça tão manifesta ou aquele que não se opor claramente e com força àqueles que a perturbam, desagrada profundamente a Deus e aos homens [...]”.

Isso nos faz perceber que os “homens que pensam” são detentores de privilégios, protegidos – financeiramente para estudar- pelo rei enquanto condição de vida, uma vez que além de serem pobres, eram mal vistos pela aristocracia. E, portanto, para não serem perturbados necessitavam dessa proteção. Em contrapartida, deveriam seguir regras e com isso de certa forma acabavam por serem “controlados”.

O que nos chama atenção neste primeiro momento, para categoria de ***Gênese da Universidade*** é que a intencionalidade desse grupo de estudiosos perpassa dois pontos principais: a preocupação deste grupo com o conhecimento e a responsabilidade de pedirem proteção a fim de manterem seus princípios. Não tinham intenção de poder ou de trabalho, apenas um espaço protegido para estudar, sem intenção de cuidar das suas vidas materiais, nem tampouco da vida alheia. Além disso, percebemos que o caminho da recuperação de gênese da universidade, parte da origem dos valores da educação medieval que considerava o humanismo, a reflexão filosófica e o conhecimento com aspectos relevantes para o sujeito e para o bem comum.

A ideia de ***universalidade e de privilégios*** no sentido de proteção, que até então não se tinha em outros momentos, passa a se fazer presente, uma vez que;

esses “homens do saber” abdicam de suas origens e mudam de cidades em busca do conhecimento e por isso também precisam de proteção e são valorizados, pois deixam suas famílias em busca de projetos para o bem comum. Isso é verificado em Nardi (1996) em “Uma História da Universidade na Europa”, quando afirmam que “[...] o valor pertinente do saber científico reconhecia que todas as pessoas que, em busca desse saber, eram obrigadas a viver longe do seu país, eram dignas de louvor e mereciam proteção [...]” e ao se deslocar de um lugar para o outro, estavam de certa forma universalizando o conhecimento, a partir da origem do seu lócus e na reprodução das trocas do conhecimento.

Além disso, ao se deslocarem esses “escolares”, abdicavam de bens materiais para perpetuarem o conhecimento e por isso deveriam ser respeitados [...] “expressava compaixão pelas pessoas que gastavam todas as suas posses e desafiavam todo o tipo de perigos para sobreviver num país estrangeiro; - o rei- decretou por isso, que ninguém se atrevesse a fazer mal ou lesar os escolares ou, acima de tudo, a cobrar-lhes as dívidas contraídas pelos seus concidadãos”.

O rei Carlos I descreve em seu documento Carta 443 (1272) que os professores são como à “luz” que vão trazer paz, considerando que o conhecimento deve ser deslocado, apoiando a saída dos professores de Paris para Itália, promovendo ciência (produção de conhecimento) e o desenvolvimento.

Os mestres seculares não tinham interesse que os mestres medicantes ficassem em Paris e por isso fizeram greve pela disputa de poder para manter o espaço dos seculares. Isso se deu no medievo e se dá na contemporaneidade por tratar-se de seres humanos, porém, Thomaz de Aquino e Boaventura lá no medievo, ultrapassam essa visão e trazem a ideia de universidade como espaço de conhecimento e não de disputa. A universidade para ambos é a expressão do movimento aos povos que vêm para esse espaço em busca de conhecimento. Essa concordância de pensamentos não se mantém em todos os assuntos, uma vez que são Thomaz de Aquino se apropria de Aristóteles como fonte de sabedoria e Boaventura como estratégia política, no sentido do que dizemos hoje na contemporaneidade “a melhor estratégia de conhecer o inimigo é aliando-se a ele”.

Esses povos, a exemplo dos germânicos, românicos e outros, vão para Paris dando à ideia de **universalização**. Não no sentido de disciplinas ou cursos, mas

numa ideia de se juntar-se a outros povos e outros costumes. O conhecimento é a ideia principal e para se tornar bacharéis ou professores necessitavam do saber de teológico, aristotélico, escolástico etc.

Percebemos aqui a aproximação com uma das experiências tratadas no nosso objeto de pesquisa - universidade aberta à terceira idade - uma vez que, apesar dessa experiência não está vinculada ao ensino formal (MEC), ocorre no espaço da universidade, onde os alunos participantes (idosos), possuem como objetivo central o conhecimento, não se limitando a conteúdos formais e tempos limites para finalizarem esse conhecimento, pois partem da afirmação que o conhecimento não é algo acabado, podendo dessa forma, permanecerem nos “bancos escolares” até o final de suas vidas (considerando que todos possuem mais de 60 anos de idade).

A ideia de universalização, que aproxima essas experiências, pauta-se no deslocamento de grupos de pessoas com costumes diferenciados que se reúnem em busca do conhecimento sem estarem vinculados a disciplinas ou cursos ou muito menos o que esse conhecimento pode gerar como “fim”. Considerando que se tratam, na sua grande maioria, de pessoas aposentadas que não dependem da universidade para se incluírem no mercado de trabalho, passando portanto a considerarem este espaço como um meio que produz civilidade convergindo para o bem da sociedade, enquanto projeto.

2.2 UNIVERSIDADE - INSTITUIÇÃO – INSTITUCIONALIZAÇÃO

As leis nos princípios feudais no momento da Idade Média são pautadas nos direitos e na cultura, provenientes dos costumes dos povos.

No século XIII, os homens estavam migrando do campo para as cidades e por isso necessitavam serem “humanizados” no sentido de civilidade, onde as leis e normativas tinham papel fundamental, a exemplo do texto “obras escolhidas de São Boaventura” (1983).

Nesse contexto, a filosofia da universidade não estava limitada à instituição, mas à institucionalização, vinculada à ação humana que é diferente do conceito de instituição social. Ou seja, o homem era entendido como um todo, e não como um ser fracionado, no qual deveria ser responsável por sua ação entendendo que

esta ação age sob o coletivo e, portanto, numa tentativa de se aproximar de Deus deveria cuidar das suas ações individuais e pensar nas suas consequências. Desta forma, o conhecimento tem o final na civilidade, uma vez que ao produzir civilidade com princípios na manutenção do bem comum, estar-se convergindo para o bem da sociedade.

O conhecimento no medievo pautava-se na promoção de ações que pudessem contribuir para o coletivo e com o coletivo. Por isso, as leis eram cumpridas e respeitadas. Isto é expresso nos documentos da época a exemplo do estatuto de Bolonha (regra da lei) com 71 preceitos, considerada uma lei nova porque responde ao movimento do momento, porém mantinham-se as concepções tradicionais e era respeitada pelos povos, uma vez que pautava-se na visão de mundo, nos direitos provenientes dos costumes e cultura dos mesmos. Ou seja, a lei é cumprida/obedecida pela premissa da norma cogente, porém compreendida a partir de argumentos verdadeiros e necessários com base lógica.

Outra questão posta em pauta é que a universidade medieval traz o conhecimento para alterar seu entorno, carregado de subjetividade, denominado por alguns autores como “Conhecimento em Ato”, na luta pelo bem comum numa ideia de civilização, defendida por São Thomaz de Aquino como à “ideia de produzir paixão”. Ou seja, o fato de sermos humanos incute uma responsabilidade sobre o outro, sobre o mundo.

Nesse sentido, a ***institucionalização*** ocorre quando essas ações passam a ser reconhecidas por meio de objetos de lei, a exemplo dos já citados direitos feudais, por alguém de fora dessas relações, porém mantendo-se à essência principal do: “nascer-modificar-alterar-morrer”. Diferentemente da nossa sociedade pautada no ciclo do “nascer-crescer-morrer”.

Novamente aqui percebemos uma aproximação com nosso objeto de estudo ***“idoso”***, considerando que se todos os seres humanos desde seu nascimento envelhecem a cada dia e mesmo chegando à fase da velhice, considerando a velhice cronologicamente datada pela legislação brasileira: Constituição Federal Brasileira (1988) e Estatuto do Idoso (2003), acima de 60 anos, esses idosos, na contemporaneidade, buscam pelo conhecimento nos espaços da universidade, participando dos debates e trocando experiências de vida, mantendo-se assim

a filosofia das premissas da institucionalização da universidade do medievo, considerando no ciclo da vida a etapa de “transformar” antes de “morrer”. Nesse contexto, podemos intuir que apesar do presente modificar o passado, salvaguarda-se a essência, nessas experiências de universidade aberta à terceira idade.

2.3 CONHECIMENTO ENQUANTO ARTE DE FILOSOFAR

Na idade média, os homens falavam que o conhecimento, usado metaforicamente como “iluminação” é para todos. Ou seja, todos os seres humanos possuem a capacidade de pensar (filosofar), uma vez que são seres racionais e, portanto “seres pensantes” em decorrência do que a ciência atribui de sinopse.

Na contemporaneidade tal afirmação é questionada, uma vez que alguns autores defendem que a inteligência pode estar associada e /ou relacionada às condições de classe social ou cultura, e o que diferencia o ser humano com inteligência do que não tem inteligência, são as condições de estímulo para esse desenvolvimento.

Não pretendemos aqui entrar em teorias epistemológicas da educação, porém é necessário darmos destaque para o que é dito por meio dos documentos da Idade Média sobre o conhecimento, uma vez que ao contrário do que se pensa o conhecimento não deve ser interpretado enquanto princípio evolutivo dos tempos, ele depende da geração do presente.

O conhecimento é percebido nas ações dos homens, ou seja, vincula-se ao que promove na vida do ser humano e principalmente o impacto disso na sociedade.

Nesse sentido, a origem da universidade no medievo está associada à cosmovisão que considera o humano como condição de perfeição e assim estará mais perto de Deus.

Encontramos aqui mais uma aproximação com nosso objeto, que nos traz à seguinte reflexão: será que a motivação para esses idosos nesses espaços da universidade aberta, onde buscam pelo conhecimento, está de certa forma associada ao desejo de estarem mais próximos de Deus, considerando que o conhecimento na Idade Média estava associado ao ato da perfeição objetivado pela aproximação com Deus? E, portanto, esses idosos que se encontram na penúltima etapa do ciclo

da vida, mencionado anteriormente, se preparam para o último “a ideia de morte” se aproximando, portanto, por meio do conhecimento do “encontro com Deus”.

2.4 RESPEITO, ENQUANTO VIRTUDE SOCIAL NA IDEIA DE PERFEIÇÃO

Retomamos aqui que as universidades surgem no medievo (séc. XIII) nos espaços das cidades e com isso ocorre a necessidade de se trabalhar com o diverso, no qual a preservação do público e do privado para Boaventura e são Tomás de Aquino é essencial.

Ao falar sobre organização das cidades, Tomás de Aquino, expõe a necessidade de se praticar virtudes sociais para convivência na sociedade e compreensão do mundo, recuperando Aristóteles.

Traz à ideia do *respeito*, enquanto virtude social posto, onde defendia nas suas sentenças que “todos para conviver tinham obrigação de respeitar” e para isso, elege duas condições: Que o respeito é algo individual em prol do coletivo e que não é uma virtude única, ou seja, temos respeitos diferentes associados ao poder que determinada pessoa ocupa na sociedade, considerando o humano existe dentro de um conjunto de instituições, partindo dos pressupostos filosóficos da política de Aristóteles da ética a Nicômaco.

Nos escritos políticos de são Tomás de Aquino (1997), o ser humano enquanto ser coletivo é uma condição natural de existência, [...] “é, todavia, o homem por natureza, animal sociável e político, vivendo em multidão, ainda mais que todos os outros animais, o que evidencia pela natural necessidade.

Realmente, aos outros animais preparou a natureza o alimento, a vestimenta dos pelos, a defesa, tal como os dentes, os chifres, as unhas ou, pelo menos, a velocidade para a fuga. Foi, porém, o homem criado sem a preparação de nada disso natureza, e, em lugar de tudo, coube-lhe a razão, pela qual pudesse granjear, por meio das próprias mãos, todas essas coisas, para que insuficiente um homem só. Por cuja causa, não poderia um homem levar suficientemente a vida por si só. Logo, “é natural ao homem viver na sociedade de muitos”.

Para essa convivência com o outro há necessidade de aplicar as suas ações à *virtude social* e, dessa forma, constituirá o ser humano – social - ampliando o uso

da razão para o bem comum - coletivo-. [...] “Não é possível abarcar um homem todas as coisas pelo uso da razão. Por onde é necessário ao homem viver em multidão, para que seja ajudado por outro e pesquisem nas diversas matérias, a saber, uns na medicina, outros nisto, aquele outro noutra coisa”.

Além disso, os atos virtuosos com base no respeito como piedade; subordinação - principalmente aos mais velhos-; tolerância; aceitação e justiça, são virtudes necessárias e que garantem à dignidade do conhecimento, explicitada na convivência com o outro enquanto sinônimo de *perfeição* e felicidade.

Mais uma vez, encontramos aproximação com nosso objeto, que nos traz à outra reflexão: será que a motivação para os professores desses idosos está de certa forma associada ao respeito e à subordinação destacada na filosofia da universidade verificada nos documentos de Thomás de Aquino, na ideia de perfeição, condição necessária para colocá-los também mais próximos de Deus?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns questionamentos precisam ser melhor investigados no estudo que estamos desenvolvendo, pois o objetivo deste artigo foi apenas problematizar as categorias de análise abordadas no estudo anterior, relacionando-as ao objeto de pesquisa atual. Evidenciou-se, por exemplo, aquilo que a princípio era apenas uma hipótese relacionada à problemática inicial da distorção entre “as concepções iniciais de universidade (medievo) e o papel das atuais (contemporaneidade)”.

Contudo, ao indagarmos sobre universidade nos “apropriamos” das concepções de Pieper (2007) na obra “O que é uma universidade?”, no qual o autor expõe que [...] “cabe a esta Instituição à formação que deve ser embasada na filosofia”, como a propósito os documentos do medievo nos demonstra claramente que a filosofia estava presente em todas as áreas do conhecimento, desde a formação dos teólogos aos médicos, ou seja, a filosofia na universidade medieval, promove ao homem a capacidade de libertar-se fazendo uso de sua própria razão.

Ainda para Pieper, na contemporaneidade, o conceito do ensino universitário –universal - deveria pressupor uma formação acadêmica num ensino totalizante, com

características do filosofar na formação acadêmica, ou seja, a formação acadêmica significando o mesmo que a formação filosófica nos quais os objetivos práticos e profissionais do espírito filosófico do ser questionador, universalista e crítico, seguindo postura filosófica. Porém, o que ocorre de fato é uma visão pragmática de concepções fundadas no resultado útil e imediato, diferentemente do caráter universal explícitos na universidade medieval.

Nesse sentido, percebemos que enquanto a universidade contemporânea estiver vinculada à materialidade imediatista que caracteriza o mundo do trabalho, da utilidade, dos resultados, do exercício de uma função, estará limitada e pragmatizada numa formação subjugada pelo mundo do trabalho, com ideais de produtividade, de servir ao mercado, ressaltando o individual em detrimento do projeto para o bem comum, apontado por Boaventura e Augustinho ou Agostinho?

Constatou-se então o paradoxo na filosofia das universidades medievais e a filosofia das contemporâneas, uma vez que, as primeiras –medievais estavam pautadas no ato do filosofar enquanto formação para o bem comum, numa tentativa de perfeição por entenderem que se Deus é perfeito e se nós somos imagem e semelhança dele é porque precisamos ser perfeitos, fazendo o bem à humanidade, gerando assim o conhecimento. Já as outras – contemporâneas-, o conhecimento está submetido às exigências do mercado e trabalho, pragmatizado e limitado ao imediatismo.

Com base na afirmação supracitada e após analisarmos as categorias de **universalização; institucionalização; conhecimento; respeito; perfeição e virtude social**, percebemos o quão importante foi-nos “debruçar” sobre as origens da universidade a fim de relacioná-las com nosso objeto de pesquisa pois, apesar de evidenciarmos o distanciamento entre as concepções filosóficas da universidade medieval pautada na formação humana e a contemporânea pautada na formação para o mercado de trabalho, evidenciamos também que ocorre algumas aproximações – discutidas na parte do desenvolvimento deste trabalho-, diante da filosofia das experiências que pesquisamos - a saber: Universidade aberta à Terceira Idade da UEM (Universidade Estadual de Maringá) e grupo de extensão Viver Melhor da Unespar (Universidade Estadual do Paraná-campus Paranavaí.

Assim sendo, evidencia-se que essas experiências contemporâneas, de um lado tidas como informais no que se refere ao ensino para o MEC e do outro, possuidoras de aspectos da formalidade quando se vinculam à extensão universitária, compondo parte do tripé estruturante da universidade (ensino, pesquisa e extensão),

podem ser um caminho que recupera a ideia da gênese da universidade, já que trata do conhecimento voltado à formação humana, presente no lócus da universidade. Essas experiências consideram que os idosos não estão mais na sua grande maioria no mercado de trabalho, superando, portanto, as exigências formais voltadas à formação para o mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA de Bangoregio. *Árvore da vida*. In: SÃO BOAVENTURA. *Obras Escolhidas*. Tradução de Luis A. de Boni; Jerônimo Jerkovic e Frei Saturnino Schneider. Porto Alegre: Escola Superior de Peologia de São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul, 1983, p. 375-404.

BULA Papal para a Universidade de Paris (1231). In: HENRICUS, D. (Org.). **Chartularium universitatis parisiensis**. Bruxelas: Culture et Civilisation, 1964. 2 tomos.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da história**: ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARTA 443. Carlos I, rei de Cecília, convida doutores e alunos de Paris para que venham Nápoles, onde instaurou o estudo geral por motivo de ensino e aprendizagem (1272). In: DENIFLE, H. (Org.). **Chartularium universitatis parisiensis**. Paris: Culture et Civilisation, 1899.

LE GOFF, S. L. **Biografia**. São Paulo: Record, 1999.

NARDI, P. *Relações com as autoridades*. In: RIDDER-SYMOENS, H. (Coord.). **Uma história da universidade na Europa**. Lisboa: Casa da Moeda, 1996. (VI As Universidades na Idade Média).

PIEPER, J. In: LAUAND, L. J. **O que é uma universidade?** Disponível em: <http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/sine-data,_Lauand._LJ,_O_Que_E%27_Uma_Universidade,_PT.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2016.

TEIXEIRA, A. A universidade de ontem e de hoje. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.42, n.95, p.27-47, jul./set. 1964.

TEIXEIRA, A. **A educação no Brasil**. São Paulo: Cia. Nacional, 1969.

TOMÁS DE AQUINO. **Escritos políticos**. Petrópolis, Vozes, 1997.

Recebido em: 01 de outubro de 2016

Aceito em: 11 de março de 2017